



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0193751-3

083.

COMARCA : Recife – 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Antônio Cazé Filho
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória

4531

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA. DESPRONÚNCIA. DESCABIMENTO.

I – Estando assentes os pressupostos necessários à Pronúncia do acusado – prova da materialidade delitiva e indícios suficientes da autoria –, nos termos do atual Art. 413, do CPP, é de ser levado o réu a julgamento pelo Tribunal Popular, restando acertada a decisão monocrática que o pronunciou.

II – Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0193751-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 02 de 02 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



294
ams

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0193751-3

CO/MARCA : Recife – 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Antônio Cazé Filho
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório

084

RELATÓRIO

ANTÔNIO CAZÉ FILHO, qualificado às fls. 02, foi denunciado como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal (*homicídio biqualeficado*), por ter, no dia **23 de novembro de 1986**, por volta das 6h, na rua Itacari, Vila Mauricéia, bairro do IPSEP, nesta cidade, no interior do "Bar do Manuel", assassinado **Suedison Gomes da Silva**, consoante se depreende do Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 32/32v.

A Denúncia foi recebida em **07/07/2004** (fls. 168).

Encerrada a Instrução Criminal (fls. 192/192v., 240/248, 254/255) e apresentadas as Alegações Finais (fls. 256/259), o Juiz processante pronunciou o acusado, aos **14/04/2009**, nos termos da exordial acusatória, conforme Decisão de fls. 260/261.

Irresignado, o denunciado, com base no Art. 581, inciso IV, do CPP, interpôs recurso, com as respectivas razões (fls. 267/269), alegando que as provas colhidas ensejam dúvidas sobre sua participação no fato delituoso, revelando-se nebulosas, vagas e inconcludentes e, portanto, insuficientes para apontar a existência de indícios sérios, razão pela qual pugnou pela impronúncia.

O Ministério Público de 1º Grau ofertou as contrarrazões recursais, preconizando a manutenção do *decisum* monocrático, por entender consubstanciados a materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria (fls. 271/276).

O Juízo *a quo*, na fase do Art. 589, do Código de Processo Penal, monteu a decisão recorrida, encaminhando os autos a este Sodalício (fls. 277/278).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, ofereceu Parecer, opinando pelo improvimento do recurso (fls. 288/291).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de Janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



085

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0193751-3

COMARCA : Recife – 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Antônio Cazé Filho
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório

VOTO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito (fls. 267/269), onde o Recorrente, denunciado como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, inciso II e IV, do CP (*homicídio biqualeficado*), pugna por sua impronúncia, alegando que as provas colhidas no Sumário ensejam dúvidas acerca de sua participação no fato delituoso, por terem se revelado nebulosas, vagas e inconcludentes e, portanto, insuficientes para apontar existência de indícios sérios.

Em síntese, narra a Inicial Acusatória (fls. 02/03) que, no dia **23 de novembro de 1986**, por volta das 16h, na rua Itacari, Vila Mauricéia, bairro de IPSEP, nessa cidade, no interior do "Bar do Manuel", o acusado **ANTÔNIO CAZÉ FILHO** assassinou **Suedison Gomes da Silva**, conforme Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 32/32v.

Aduz a Preambular Ministerial que, antes do crime, a vítima encontrava-se bebendo no referido bar com o denunciado e outra pessoa não identificada, quando se iniciou uma discussão, em virtude de um jogo chamado "Porrinha", já que apostavam cervejas e o denunciado, ao perder, não quis pagar o que foi acordado, tendo a vítima questionado o acusado se estava ali para jogar ou roubar, o que o fez ir até seu veículo, que se encontrava em frente ao bar, para pegar uma arma. Ao voltar, foi desferindo tiros na vítima, que, atingida de surpresa, não pôde se defender, vindo a falecer no local.

É sabido que a Decisão de Pronúncia é mero juízo de admissibilidade para o julgamento pelo Tribunal do Júri, exigindo, apenas, a **prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria** (Art. 413, do CPP). Portanto, o Magistrado não pode retirar da apreciação do Conselho de Sentença o entendimento definitivo da conduta do denunciado, salvo se desclassificar a infração para competência de Juízo diverso (Art. 74, § 2º, do CP), impronunciar o acusado (Art. 414, do CPP) ou absolvê-lo sumariamente (Art. 415, do CPP).

No caso concreto presente, a **materialidade delitiva** restou comprovada através do Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 32/32v. e do Exame em Local de Homicídio (fls. 35/45).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

086
360
FEL

O Recorrente negou a autoria do delito a si imputado, tanto perante a Autoridade Policial (fls. 52/53 e 123/129), quanto em Juízo (fls. 192/192v.).

Entretanto, o segundo requisito para a Pronúncia - **indícios suficientes de autoria** - pode ser extraído dos relatos constantes dos autos.

A testemunha **Manoel Benedito Ivo**, proprietário do bar onde ocorreu o crime, disse perante a Autoridade Policial (fls. 19/19v.):

"(...) QUE, ontém (sic) cêrca (sic) das 17:00 horas, o declarante estava em seu bar, despachando fregueses, momento em que chegou (sic) três (3) elementos desconhecidos, os quais sentaram numa mesa, e pediram uma cerveja ao declarante tendo despachado; (...) QUE, no momento em que o declarante estava na cozinha do seu bar, lavando os copos ouviu dois disparos de arma de fogo, no local onde o declarante serve as cervejas aos fregueses; QUE, o declarante quando ouviu os disparos de arma de fogo, procurou se livrar dos tiros, e passado (sic) a confusão o declarante sai para avista (sic) um daqueles elementos prostados ao solo, ainda com vida, porque notava que o (sic) ele abria e fechava a boca, enquanto os dois elementos que estavam com ele, não mais se encontravam no local; (...) QUE, o declarante não sabe o nome e nem conhece o criminoso, mas **após o crime tomou conhecimento por terceiros, que um daqueles elementos tinha sido o criminoso e se chama ANTÔNIO CASÉ**". (sem grifos no original)

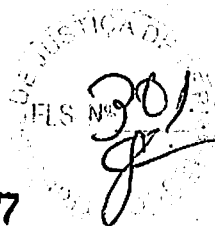
Em outra oportunidade, na distrital, a mesma testemunha afirmou (fls. 27):

"(...) QUE não ouviu comentários no local a respeito de quem teria praticado o crime, tendo sim ouvido nas Delegacias de Boa Viagem e Afogados, comentários de que **teria sido ANTONIO CASÉ o autor dos disparos**". (sem grifos no original)

Na acareação feita com o acusado, ora Recorrente, em sede policial, em atendimento à diligência requerida pelo Ministério Público, dita testemunha negou as assertivas de que tomou conhecimento através de comentário de terceiros, no local ou nas delegacias, que **ANTÔNIO CAZÉ FILHO**, ora Recorrente, era o autor do crime, embora tenha confirmado as assinaturas firmadas nos depoimentos anteriormente transcritos (fls. 132/133). Contudo, em Juízo, ratificou ditos depoimentos (fls. 244).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



087

A testemunha **João Ary Pragana de Barros**, vizinho do "Bar do Manoel", disse na distrital (fls. 21):

"QUE, após chegar em sua casa uns 10 minutos depois ouviu disparos de arma de fogo, vindo (sic) do "bar do Manoel"; QUE, o declarante subiu na grade da janela de sua casa, e olhando em direção ao bar, **avistou uma pessoa sair correndo de dentro do bar, com revólver em punho, e se dirigiu a um veículo o qual estava estacionado em frente ao bar**; QUE, o declarante não sabe dizer a marca do carro e nem tão pouco (sic) a placa; QUE, este elemento, que saiu com arma em punho, **o declarante não o conhece, mas deu para gravar suas fionomias, digo, fisionomias, é um elemento de estatura regular, um pouco forte, cabelo meio alourado**, este elemento com o revolver em punho entra no veículo e dar (sic) partida". (sem grifos no original)

Consta dos autos que a mencionada testemunha procedeu ao reconhecimento do ora Recorrente, na Delegacia de Polícia, conforme o **Auto de Reconhecimento de Pessoa** de fls. 130/131.

Em Juízo, a mesma testemunha ratificou as declarações prestadas na esfera policial, acrescentando que "o único nome a que se atribuiu a autoria do fato foi o de Antônio Cazé" (fls. 246):

A testemunha **José Leandro de Souza**, que trabalhou para o Recorrente, além de ter sido vizinho da vítima, relatou em Juízo (fls. 242):

"Que na época do ocorrido foi que tomou conhecimento de que a autoria do crime recaía sobre Antônio Cazé; Que assim soube por comentários; Que ao que se lembra não surgiu outro nome além de Antônio Cazé como autor do crime".

Ouvida em Juízo, a viúva da vítima, **Suell Maria da Silva**, afirmou (fls. 240):

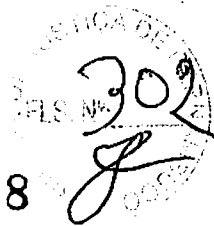
"(...) Que a polícia esteve em sua casa acompanhada de seu irmão Marlon e ao que se lembra os policiais sabiam que o autor do crime era Antônio Cazé pois todos sabiam e diziam da autoria."

Portanto, os indícios de autoria do crime de homicídio atribuído ao Recorrido, **ANTÔNIO CAZÉ FILHO**, estão evidenciados nos relatos anteriormente transcritos, sendo bastantes ao juízo de admissibilidade do decisum de Pronúncia, o que é pacífico na jurisprudência, conforme se extrai do precedente ora acostado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

088



"STJ: "PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MANDANTE. INDÍCIOS DA AUTORIA. EXISTÊNCIA. MATERIALIDADE COMPROVADA. RÉU PRONUNCIADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DESPRONÚNCIA. IMPROPRIEDADE.

1. A decisão de pronúncia exige que o Juiz, motivadamente, indique tão somente a presença de indícios de autoria e a prova da materialidade do delito, em observância aos termos do art. 408, caput, do Código de Processo Penal.

(...)

3. É cediço que, havendo prova da materialidade e indícios de autoria, deve-se submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal Popular, sob pena de afronta à soberania do Júri Popular. Não há, portanto, nessa fase - de prolação da pronúncia -, a exigência de prova cabal da autoria.

4. Recurso a que se dá provimento para cassar o acórdão no que concerne ao ora recorrido e, nessa extensão, restabelecer a decisão de pronúncia." (sem grifos no original) (REsp 705.597/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2009, DJe 08/09/2009).

No tocante à alegação contida no arrazoadado recursal de que haveria dúvidas na participação do Recorrente no delito de que tratam os autos, destaco que eventual controvérsia existente na prova colhida deve ser apreciada pelo Conselho de Sentença, por incabível na fase de Pronúncia uma análise mais detida. Ademais, não é possível olvidar que, nessa fase do processo, que apura crime doloso contra a vida, vigora o princípio *in dubio pro societate*. Nesse aspecto, se não se exige prova inquestionável da autoria ou da participação do Recorrente no delito que lhe é imputado, tampouco lhe socorre a dúvida.

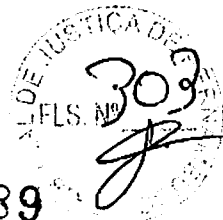
Nesse sentido, arresto do Superior Tribunal de Justiça:

"STJ: "Processual Penal. Pronúncia. Juízo de admissibilidade de acusação: existência material do fato criminoso e indícios de autoria. Inexigência de certeza quanto à autoria. *In dubio pro societate*. Segundo a moldura legal do art. 408, do Código de Processo Penal, a sentença de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, em que se exige apenas o conhecimento da prova material do crime e da presença de indícios de autoria, sendo descabida que se demonstre nesse édito judicial, de modo incontroverso, quem seja o autor do delito. Nos crimes dolosos contra a vida, o juízo de certeza sobre a autoria, imprescindível apenas para a condenação, é da competência exclusiva do Tribunal do Júri, seu juízo natural, sendo vedado ao juízo singular, ao proferir a sentença de pronúncia, fazer longas incursões sobre a prova da autoria,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

089



susceptíveis de influenciar o corpo de jurados, sendo certo que, nessa fase do processo, despreza-se a clássica idéia do in dubio pro reo sobrelevando o princípio in dubio pro societate. Recurso Especial conhecido e provido" (RSTJ 98/437).

O Togado monocrático aceitou as qualificadoras do crime, mencionadas na Denúncia, para o exame pelo Tribunal do Júri, expondo (fls. 261):

"Sabe-se que, sob pena de se imiscuir na competência constitucional do Júri, o juiz togado somente pode, na pronúncia, excluir qualificadoras quando manifestamente impertinentes. Não me parece seja esta a hipótese".

Sobre o tema, pronunciou-se o STJ:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA RESTABELECIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IN DUBIO PRO SOCIETATE. CUSTÓDIA CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.

1. A exclusão das qualificadoras, na pronúncia, somente pode ocorrer quando se verificar, de plano, sua improcedência, sendo vedado nessa fase valorar as provas para afastar a imputação concretamente apresentada pela acusação, sob pena de se usurpar a competência do juiz natural da causa, o Tribunal do Júri.

(...)

4. Habeas corpus parcialmente concedido (sem grifos no original) (HC 32.701/RJ, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009).

Vê-se, pois, ser inviável o provimento perseguido pelo Recorrente, ante a regra do atual Art. 413, do Código de Processo Penal, que evidencia o acerto da decisão recorrida.

Ante o exposto, voto pelo **improvemento do recurso**, para manter a Decisão de Pronúncia, a fim de que o acusado **ANTÔNIO CAZÉ FILHO** seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

É como voto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator